

«PODE-SE SER FELIZ EM QUALQUER IDADE, COM A CONDIÇÃO ÚNICA DE CADA QUAL SE CONFORMAR COM A IDADE QUE TEM».

F.

A Voz de LOULÉ

SEMANARIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXVI

25-5-1978

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 676

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barral

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ



PORTE
PAGO

A ECONOMIA QUE TEMOS (IV)

Um artigo de JOSÉ MANUEL MENDES

Plano a médio prazo: O ABORTO PROVOCADO

Na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, terá necessariamente que ser definido em grau de prioridade, qual a opção subjacente ao tipo de desenvolvimento que pretende a entidade decisora do Planeamento, neste caso, os órgãos do poder que superintendem directamente nas estruturas da planificação da economia, e que procurarão executar as decisões consequentes ao tipo de opção adoptada.

De entre outras, poderemos distinguir, pela importância de que se revestem, duas alternativas que representam estratégias diferentes na forma do modelo, que se pretende construir, através de um plano de desenvolvimento.

A primeira, estará virada fundamentalmente para as condições concretas do país real, nomeadamente no que diz respeito às suas potencialidades, à quantidade e à

qualidade da sua mão-de-obra, às suas actividades económicas tradicionais, etc., etc.. Genericamente, a sua finalidade última, é-

(continua na pág. 7)

Secretário de Estado da Administração Regional visitou o Algarve

No exercício das suas funções deslocou-se ao Algarve, onde permaneceu de 15 a 17 passados, o Secretário de Estado da Administração Regional e local, dr. Júlio Miranda Calha, acompanhado pelo seu chefe de gabinete, dr. Freitas Ferraz.

Durante a sua estadia aquele membro do Governo contactou com as diversas autarquias de Sotavento e Barlavento inteirando-se dos problemas e anseios das populações.

O AGRICULTOR, ESSE ESQUECIDO

Não é possível uma agricultura sem agricultores. Esta verdade à Monsieur La Palisse parece esquecida por muitos.

Se assim não fosse o agricultor não estaria hoje tão abandonado como está. Ele continua a ser o eterno esquecido dos Senhores da cidade que pensam que produzir é só colher.

O próprio Estado, e os Serviços que deveriam servir o agricultor, têm-no relegado para o último plano e só dele se lembram

quando tabelam os preços dos seus produtos e lhe aumentam as contribuições.

Retiraram-lhe o subsídio do gásóleo, retiraram-lhe o subsídio dos calcários, retiraram-lhe o subsídio do 1.º e 2.º parto das suas vacas, substituindo-o por um subsídio ao gado inscrito no livro genealógico, que ele não sabe o que é e que não houve o cuidado de explicar; retiraram-lhe o subsídio ao milho híbrido para grão ou forragem,

(continua na pág. 6)

AÇORES: uma «prioridade» na estratégia soviética

■ «BAADER-MEINHOF» DETIDO EM FRANÇA FOI TREINADO NO MESMO CAMPO TERRORISTA QUE 4 AÇOREANOS E MADEIRENSES FREQUENTAM

A Polícia criminal da RFA informou que Stefan Wesmiewski, membro do grupo terrorista «Baader-Meinhof» e implicado no rapto e assassinio do industrial alemão Hanns-Martin Schleyer, há dias preso em Orly, foi treinado num campo de guerrilha do Yemen do Sul, o mesmo país em que se encontram, desde Fevereiro

ro e Março deste ano, quatro jovens açorianos e madeirenses, em treino intensivo de terrorismo, no campo altamente especializado de Turba, como «Jornal Novo» reve-

(continua na pág. 7)

EM ULTIMAÇÃO o terminal petroleiro de Faro

Pelo que chegou ao nosso conhecimento, encontra-se em fase de conclusão o terminal petroleiro de Faro, que em confronto com o seu congénere da Matinha fica sendo considerado o segundo do país.

A importante benfeitoria portuária que comportará ainda mais 100 metros de estrada (previstos em próxima construção) destinados à descarga de areia e acostagem de navios de guerra, permitirá a utilização do cais actual, com a extensão de 200 metros,

(continua na pág. 7)

É urgente desencardir a imprensa estatizada

Por LUÍS A. M. PEREIRA

Todos sabem que a imprensa estatizada, toda ela encharcada no vício e no jogo de certos doutrinários, dá montes de prejuízo e narra os acontecimentos com uma certa dose de dubiedade dramatizando ainda mais o problema da informação. É urgente neste tempestuoso período de inquietação social combater a notícia falsa e tendenciosa que só serve os desígnios da mediocridade e da eclampsia política.

A maioria dos escrevinhadores dos jornais estatizados têm a educabilidade de entornar o caldo das notícias quotidianas e transformá-las em insignificantes slogans de partidos que entusiasma a ignorância e o obscurantismo prejudicando o bom-senso do Povo Português. Os nossos governantes continuam a pedinchar, a exigir austeridade, mas não reparam na difusão publicitária de comunização da imprensa estatizada toda ela na bancarrota e lá vão

(continua na pág. 7)

Quarteira, pobre Quarteira

Falta de visão ou incompetência?

Segundo li na «Voz de Loulé», um «grupo de elementos do P.S.D. pertencentes à Assembleia Municipal de Loulé» apresentou «uma moção de censura ao Gabinete Técnico da Câmara de Loulé pela deplorável indisciplina urbanística consentida em Quarteira».

Considerando a forma como o problema já foi ventilado neste jornal, não posso deixar de me regozijar pela corajosa iniciativa de homens que se atrevem a duvidar publicamente da competência de técnicos urbanísticos cujos erros são evidentes perante qualquer cidadão que ame o progresso da sua terra e a deseje virada ao futuro, com amplas ruas, grandes espaços vazios e zonas ajardinadas, onde as crianças possam brincar sem perigo de serem atropeladas.

Os erros apresentados na Assembleia Municipal são apenas 7 e talvez sejam os mais flagrantes em relação ao presente.

Quanto ao passado muito havia a dizer, mas importa realçar agora o presente para se tentar travar alguns erros mais graves e, principalmente, alertar as entidades oficiais que já não adianta lançar poeira para os nossos olhos, pois o 25 de Abril despertou-nos para realidades mais concretas e colocou a imprensa

ao serviço do Povo e não apenas ao serviço do Governo e das pessoas que o servem.

A teoria de que os técnicos sabem tudo e os outros não sabem, (continua na pág. 2)

COMANDO DA PSP DE FARO alarga até Loulé a sua actuação

Certamente atendendo à limitação de efectivos existentes, agregados à esquadra policial local, o comando distrital da PSP de Faro, tem escalado para Loulé, em especial nos fins de semana alguns elementos da sua brigada de trânsito.

A sua intervenção tem incidido naturalmente sobre as infracções cometidas ao Código de Estradas e que contrariam o disciplinamento normal da circulação.

Já por várias vezes, neste jornal, temos apelado para os condutores de veículos no sentido

(continua na pág. 2)

REMESSAS DE EMIGRANTES AUMENTARAM 1700 MIL CONTOS

Em relação a igual período de 1977, as remessas dos emigrantes portugueses averbaram durante os dois meses do ano corrente um acréscimo de um milhão e 693 mil contos, correspondentes a cerca de 32%.

Segundo informes dimanados do Banco de Portugal, com excepção dos Estados Unidos, que causou a quebra de 33 mil contos, todos os outros países denotaram acentuada elevação das remessas dos trabalhadores portugueses neles radicados.

Reforma Agrária

Regresso ao gonçalvismo?

As afirmações do Secretário de Estado da Estruturação Agrária, António Campos, feitas, há dias, na Figueira da Foz, alarmaram enormemente os agricultores da zona de intervenção da reforma agrária. Em particular, a alusão feita à possibilidade de haver, de novo, uma distribuição compulsiva de pessoal à propriedade privada, como processo de resolver o eventual desemprego, causado, na realidade, pela crise dos sectores

industrial e de serviços, indignaram sobremaneira os agricultores. Com efeito, é preciso recordar que o maior crime cometido no Alentejo, durante o gonçalvismo, foi, precisamente, essa iníqua lei de distribuição de pessoal à propriedade privada, lei que permitiu aos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas levarem à falência muitos agricultores, e obrigá-los a abandonar, sem assistência,

(continua na pág. 2)

PORQUÊ «A Voz de Loulé» em Tribunal?

(VER PAGINA 5)

Quarteira, pobre Quarteira

(continuação da pág. 1)
bem nada, já não convence ninguém, pois não é preciso ter olhos para abrir os braços numa nova via junto à Residencial Triângulo e sentir as paredes de 2 prédios em cada extremidade da ponta dos dedos!

Que isso tivesse acontecido na Idade Média, aceita-se, mas em 1978 é que já não!

A Câmara de Loulé devia explicar à população os motivos porque autorizou a construção daquele prédio a escassos meses de ser aprovado o Plano de Urbanização de Quarteira, o que devia impedir agora (e não consentir) que se fizessem mais construções abortivas.

Se há tantos anos que se impedem certas construções devido à falta do célebre plano, não se compreende porque se autorizam (agora) tão polémicas construções, enquanto se celebra «um contrato para elaboração do Plano urbanístico a ultimar no prazo de uma ano», bastando 3 meses para se darem pareceres sobre problemas prioritários.

Por tudo isto não compreendo porque se autoriza a construção de 2 prédios que enclausuraram uma enorme área destinada a zona de urbanização e amanhã (quantos anos?) se forçará um proprietário a ceder terreno (numa zona muito menos lógica) para se abrir uma nova rua.

Quer dizer: agora fecha-se — e quem vier atrás que abra a rua...

Daqui se conclui que é a própria Câmara a dar-nos razão ao dizer que, hoje fecha a rua mas amanhã se abrirá noutro sítio.

A teoria de que o tal prédio recuou só será válida no projecto. Na prática, desde que se trate de uma faixa para estacionamento, qualquer automobilista porá o seu carro com frente para o prédio, do que resultará o estreitamento útil da rua e não o seu suposto alargamento.

Para já, a Câmara denuncia a falta de visão em relação ao futuro de uma magnífica zona para um Mercado que esteja à altura da Quarteira de amanhã (e de hoje até) e depois só permitirá a construção nesse local «desde que seja preservado o distanciamento necessário à passagem duma nova artéria».

Naturalmente que os técnicos da Câmara de Loulé irão ficar muito aborrecidos com estas duras palavras. Reconheço até que era muito mais cómodo dizer que sim, sim senhor está tudo muito bem, podem continuar...

Mas então: estamos ou não estamos a viver em democracia? É ou não livre o direito à crítica quando estão em causa os mais sagrados direitos duma população em defender a sua terra?

Porque, afinal, o que está em causa é o futuro de Quarteira co-

mo uma grande aldeia que já é como vila que pode vir a ser.

Não estou a defender interesses pessoais de quem quer que seja.

Como habitante de Quarteira, sinto-me no pleno direito de tentar evitar a acumulação de erros tremendos que aqui têm sido cometidos ao longo de tantos anos... só para servir os interesses de certos senhores.

Parece incrível como é que, em 1978, ainda haja Câmaras que autorizem a construção de prédios para a formação de novas ruas mas onde é impossível que se cruzem 2 veículos de dimensões normais!

Será uso e abuso das liberdades democráticas?

Que querem acabar com as ruas?

x x x

Quanto à «rua do sr. Isidoro» eu sinto vontade de perguntar porque razão a minha rua há-de ser «devassada pelos transeuntes» e o sr. Isidoro há-de gozar desse raro privilégio?

Quem não conheça o local há-de ficar pensando que aquilo ali é um beco sem qualquer hipótese de saída e portanto não há razão nenhuma para levantar problemas. Quem conhece Quarteira

sabe perfeitamente que passa ali um caminho perfeitamente transitável.

Ora a verdade é que o sr. Isidoro construiu ali o «Muro da Vergonha» (de Quarteira) e para que não haja dúvidas de que a «rua é sua» faz uma entrada engraçada com 2 chaminés algarvias e um portão em ferro e, ao fundo uma parede em cimento onde até nem falta o arame farpado, não vá alguém devassar a «sua rua».

Estou convencido que, se em vez de ser do sr. Isidoro, o «Triângulo» tivesse outro proprietário, aquela rua seria como outra qualquer que lhe fica paralela e por onde o trânsito passa naturalmente nos dois sentidos.

Mas na «rua do sr. Isidoro» isso não acontece: quem ali entrar de automóvel (durante pelo menos uns 6 meses por ano) só pode sair de marcha atrás, pois não tem qualquer hipótese de «pular» por cima dos outros automóveis.

...E há 12 anos que aquela situação se mantém...

Não me move qualquer má vontade contra o sr. Isidoro. Até o admiro na medida em que tem sabido lutar contra as entidades oficiais e conseguido impôr a sua vontade.

JORGE DA MAIA

Reforma Agrária

(continuação da pág. 1)

a terra que cultivaram. Foi de tal forma, que houve agricultores, desesperados com a situação criada, que encaram as ocupações e expropriações com alívio.

Os que persistiram no pagamento dos salários ao pessoal distribuído, na esperança de fazerem as colheitas, nesse Verão de 75, foram sangrados de todas as suas poupanças, inutilmente, porque, após a descapitalização, seguiu-se a ocupação com o roubo das colheitas.

Há casos extremos em que foram mesmo feitas dívidas, para suportar os encargos, dívidas essas que ainda hoje pesam sobre as vidas desses agricultores.

Nessa altura, os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas permitiram-se fazer as distribuições de pessoal, de forma a fazer desistir este ou aquele agricultor, conforme a sua conveniência controlando o dinheiro que cada um possuía, com as informações cedidas ilegalmente pelos Bancos.

Recordam-se estes factos com o objectivo de tirar qualquer dúvidas sobre a possibilidade de os agricultores virem a aceitar

qualquer situação semelhante; desse inqualificável episódio ficou bem clara a firme determinação destes de não dispensarem um escudo que seja, em pessoal distribuído compulsivamente.

Eis porque a simples alusão, publicada em alguns órgãos da imprensa diária, por António Campos, de distribuições compulsivas, causou a indignação de cada agricultor, que se interrogam se voltámos ao gonçalvismo.

Recentemente António Campos insistia nas expropriações imediatas, e pressionava os Centros de Reforma Agrária no sentido de apressarem esses processos, sabendo, embora, que já tinha sido aprovada, em Conselho de Ministros, a lei que definia que as devoluções e entregas se fariam prioritariamente. Agora, vem com argumentos para adiar, de novo, a entrega das reservas, e, portanto, boicotar as leis aprovadas na Assembleia da República.

Estes incidentes podem decidir do futuro do Governo da coligação, e conduzir o País a uma grave situação, porque, para além das aparentes «gaffes» dum Secretário de Estado, há muito quem afirme estar Mário Soares por detrás destas atitudes de António Campos.

Vacas de Carvalho

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-100, de fls. 65 a 67, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Ricardo Fernandes de Sousa, e mulher, Gertrudes dos Santos Rocheta Amado, residentes no sítio de Escanxinas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Urbano, destinado a habitação, com sete compartimentos, cozinha, casa de banho, garagem, casa de despejo e cisterna, com a superfície coberta de trezentos metros quadrados e lo-

gradouro com cento e vinte e dois metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados, no sítio de Escanxinas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando do norte, nascente e sul com caminho e do poente com Joaquim Gonçalves Farias, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme se infere duma certidão lá passada no dia 24 de Abril findo, e ainda inscrito na respectiva matriz predial, em nome dele justificante varão, sob o artigo número mil quatrocentos e oitenta e quatro, com o valor matricial de dois mil cento e sessenta escudos, tendo, no entanto, sido apresentada participação para alteração desta inscrição, na Repartição de Finanças deste concelho, em vinte e oito de Abril findo, nos precisos termos constantes desta escritura, conforme consta do duplicado da referida participação, neste acto apresentado; — e a que atribuem o valor de 20 000\$.

Que este prédio lhes pertence por o haverem construído inteiramente à sua custa, um talhão de terreno para construção urbana, com a área de quatrocentos e vinte e dois metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados, no aludido sítio de Escanxinas e com as confrontações do prédio urbano supra descrito, que em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta e três, lhes havia sido doado, sem qualquer reserva ou encargo, por Manuel Domingos de Sousa, viúvo, e que foi residente no aludido sítio de Escanxinas, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que desde a data da referida doação, portanto há mais de trinta anos, sempre

têm vindo a possuir, inicialmente o terreno e pouco tempo depois — ou seja a partir de mil novecentos e quarenta e quatro — o prédio urbano, supra descrito, em que o transformaram, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião;

Que em face do exposto não têm eles justificantes, possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 17 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Comando da PSP de Faro alarga até Loulé a sua actuação

(continuação da pág. 1)

de observarem as boas normas da condução e estacionamento, que a serem cumpridas mais segurança e facilidade proporcionam ao escoamento rodoviário.

As vantagens são recíprocas além de não revidarem em eventuais contravenções sempre possíveis de desagradáveis autuações.

Com a aproximação do período festivo seria desejável, também, para acautelar a presumível acção de marginais, oriundos dessa altura dos grandes centros urbanos, que a vigilância policial se ampliasse de forma a salvaguardar esta zona de eventuais desmandos e desacatos.

PIRIMOR

Com PIRIMOR não há «PIOLHOS» que resistam.

PIRIMOR o aficida que destrói totalmente

os «PIOLHOS», protegendo as abelhas e os insectos úteis.

PIRIMOR

O «MATA PIOLHOS» ao Serviço da Agricultura.

Pedidos a:

TECNIALGARVE — Estrada da Penha, 28-A — FARO

Telef. 26424

(4-3)

PROPRIEDADE RÚSTICA

COMPRA-SE

Propriedade rústica, com cerca de 50 hectares, compra-se de preferência que se situe na zona litoral do Algarve entre Tavira e Albufeira, com laranjais.

Dirigir carta e este jornal.

VENDE-SE

Terreno para construção

VENDEM-SE 10.400 M2 DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO, A 50 METROS DA VILA.

NESTA REDACÇÃO SE INFORMA.

(2-2)

ERA UMA VEZ...

Era uma vez um macho que foi contratado para transportar pedras para uma obra.

Não se admire o leitor de tão primitivo meio de transporte, quando hoje os camiões gigantes fazem em poucas horas o trabalho que um macho levava dias e meses a fazer.

É que a nossa história se passou em tempos antiquíssimos, naqueles tempos em que os animais falavam. Mas nem por isso deixa de ter valor de símbolo para os homens do nosso tempo porque, se os meios e circunstâncias variam, o essencial da alma humana é sempre o mesmo com o seu lastro de virtudes e defeitos.

Era, pois, um macho contratado para transportar pedras.

Encontrou-se, na pedreira, com outro macho que também desempenhava o mesmo ofício. E logo meteram conversa.

— Olá, amigo, que faz?

— Venho buscar pedras para uma casa que o senhor que me contratou quer construir além, no alto daquela montanha. É verdade que a carga pesa, o caminho é longo e com esta descida e aquela subida... Mas, enfim, é minha sina ser animal de carga e como o dono, com os escudos que recebe, me trata melhor, lá me irei aguentando.

— Pois eu faço trabalho semelhante, mas um pouco mais egadável, porque a casa para a qual levo as pedras fica ali, a meio caminho, sem precisar de subir aquela ladeira. Enquanto volto cá para cima, venho sem carga e nada custa.

— Oh! Quem me dera ter a mesma sorte!

Entretanto, foram sendo carregados. Partiram juntos, estrada fora.

Os homens que os conduziam travaram também conversa. Tornaram-se amigos. Tão amigos que até trataram de sincronizar as viagens, para conversarem mais. Apenas, enquanto o que transportava as pedras para o alto da montanha fazia uma viagem, o outro fazia duas.

A quarta vez que caminharam juntos, ao passarem junto duma taberna, diz o que ia para mais perto:

— Os animais sabem já o caminho e são de confiança. Entremos, pois, aqui, a refrescar a garganta, que eles lá irão.

E assim fizeram.

Entretanto, o macho, que terminava a sua viagem no vale, teve um rasgo de generosidade:

— Amigo, tenho tanto dó de ti! Estou disposto a ajudar-te. Vamos, pois, combinar uma coisa: — Vamos trabalhar juntos. Afinal o nosso trabalho é o mesmo.

O que queremos é levar as pedras daqui para ali e acolá. Nada impede que o façamos unidos. Tu e eu, primeiro, transportamos as pedras para a casa do vale. É mais simples, não nos cansamos tanto e vamos enrijando os músculos para depois subir a montanha. E quando tivermos feito o trabalho, então, iremos juntos com as pedras lá para cima.

Agradeceu o macho «beneficiário» a interessante proposta do amigo.

O monte de pedras acumulado no vale crescia a olhos vistos, enquanto os pedreiros do alto da montanha cruzavam os braços por falta de material e a pedreira ia ficando cada vez mais vazia.

Tão entretido na conversa e no trabalho andava o nosso macho que nem viu que já não restavam pedras para levar para o alto da montanha.

E o outro macho, que trazia a lição bem sabida, consolou-o:

— Deixa lá. Colaboraste numa grande obra! Verás que palácio construímos!

E tão entretido com os copos e a conversa estava o homem do macho lá na taberna que nem se lembrava de verificar porque é que nunca o outro macho viajava só, mas passavam sempre os dois em indissolúvel companhia.

Quando acordou da sua pasmaceira, veio à pedreira e viu que não havia pedras. Supôs que o macho tinha feito um trabalho admirável e que, mais depressa do que julgava, acabara a empreitada.

O pior foi quando, na presença do dono da obra da montanha, não soube que contas lhe havia de dar das pedras desaparecidas e da contratação não cumprida.

— Não te aflijas! Estamos a edificar uma grande obra.

— Pois sim, mas não foi para isso que eu fui contratado. Que contas vou eu dar ao patrão?

Os leitores sabem bem que, depois duma época de ataque frontal à Igreja e a toda a Religião, o comunismo, dada a inutilidade dessa luta, se voltou para a tática da «mão estendida».

— Católicos, o que vós quereis e o que nós queremos é o mes-

mo: — a redenção do homem. Trabalhem juntos. Libertemos o homem da escravidão do capitalismo. O resto ficará para depois. Vede que os nossos métodos são mais expeditos e eficazes. Associai-vos a nós.

E muitos foram atrás deste canto de sereia. Não viram nem quiseram ver que a redenção do homem proposta por Cristo e a redenção marxista são diametralmente opostas. Que caminhar para Marx é afastar-se de Cristo. Que nos caminhos de Marx não há nenhum atalho que possa conduzir a Cristo.

Houve, alguma vez, algum católico que tivesse aceitado a colaboração com o marxismo e não tivesse perdido a fé ou tivesse retrocedido?

Amigos, acautelemo-nos, enquanto é tempo.

Quando o Comunismo nos acesa com a mão estendida, não é para colaborar connosco, mas para nos arrastar para o seu serviço. E o que dizemos do Comunismo, dizemos dos outros movimentos anti-católicos.

J. C.

RESOLVA O SEU PROBLEMA HABITACIONAL



ADQUIRINDO A SUA CASA PRÓPRIA

Escolha o seu apartamento no novo bloco residencial em construção na Rua Ascensão Guimarães em Loulé, com 3, 4 e 6 assoalhadas, elevadores, sucção automática de fumos e as comodidades da técnica moderna.

CONSTRUÇÃO DE VIVENDAS POR EMPREITADA.

João de Sousa Murta & Filho, Lda.

Telfs. 62167 - 62261 — LOULÉ

(12-1)

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-100, de fls. 58 a 60, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Joaquim Farrajota de Sousa e mulher, Maria Baptista Correia, residentes no sítio de Escanxinhas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terra de semear, com árvores, no sítio das Caiadas ou da Fonte Coberta, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, com a área de dezasseis mil e trezentos metros quadrados, confrontando do norte e sul com caminho, do nascente com Francisco Gonçalves de Sousa, e do poente com António Brito de Sousa, inscrito na respectiva matriz predial sob parte do artigo rústico número cinco mil e setenta e sete, que no seu todo possui o valor matricial de trinta e nove mil e trezentos escudos; — atribuindo, porém, a esta parcela o valor de cinquenta mil escudos;

Que este prédio se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme se infere duma certidão lá passada no dia 27 de Abril findo; e

Que é titular da referida inscrição matricial José de Sousa Cabana, pai dele justificante varão, de quem o mesmo proveio, como adiante se indica;

Que o prédio supra descrito lhes pertence, porquanto:

Em data imprecisa, mas

que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta, o referido José de Sousa Cabana e mulher, Maria Inês Farrajota, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, e que foram residentes no sítio de Escanxinhas, da freguesia de Almansil, deste concelho, doaram sem qualquer reserva ou encargo e por forças das suas quotas disponíveis, por mero contrato verbal nunca reduzido a escritura pública, e em comum e em partes iguais a seus filhos — ele justificante varão, ao tempo solteiro, Alexandrina, António, Francisco e José Brito de Sousa e Maria Farrajota de Sousa — a totalidade do artigo rústico número cinco mil e setenta e sete, no aludido sítio das Caiadas ou da Fonte Coberta, e cuja área correcta era de noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados;

Que ainda dentro do referido ano de mil novecentos e quarenta, entre todos os donatários e comproprietários se procedeu a uma divisão e demarcação também meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública, daquele artigo rústico cinco mil e setenta e sete, do qual resultaram seis prédios — cinco sensivelmente iguais, com a área de dezasseis mil e trezentos metros quadrados e um com a área de nove mil novecentos e seis metros quadrados — tendo ido adjudicado e ficado a pertencer a ele justificante varão, o que acaba de ser descrito, como prédio distinto, nesta escritura, em pagamento da sua quota ideal ou fracção no todo; sendo também certo,

Que desde a data da referida divisão, portanto, há mais de trinta anos — inicialmente ele justificante varão, e posteriormente ao seu casamento com ela justificante mulher, em 22 de Novembro de 1941, ambos eles

justificantes — têm vindo a possuir o prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião; e

Que em face do exposto, não têm eles justificantes, possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 17 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

FALECIMENTOS

Faleceu em Loulé, no passado dia 16 de Abril, o nosso prezado assinante e conterrâneo sr. Amadeu de Jesus Quintas, considerado comerciante e industrial nesta vila.

O saudoso extinto que contava 74 anos de idade, deixou viúva a sr.ª D. Maria do Carmo Lopes e era pai da sr.ª D. Maria Gabriela Lopes, casada com o sr. Humberto José Aleixo Carrusca, nosso prezado assinante, funcionário da agência de Loulé do Banco Português do Atlântico e era avô da menina Herculina Lopes Quintas Carrusca.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

Na noite do passado dia 14, o sr. José Gonçalves Luís sentiu-se doente e dirigiu-se ao Hospital de Loulé à procura de lenitivo para o mal que o atormentava.

Demasiado tarde: mesmo à porta daquele estabelecimento hospitalar foi acometido de doença súbita e caiu fulminado.

O saudoso extinto era solteiro, e contava 63 anos de idade. Natural de Loulé, empregou-se na «casa do sr. Arez» aos 13 anos de idade e ali trabalhou durante 50 anos, sendo por isso uma pessoa largamente conhecida em toda a Vila e arredores, pela sua

natural bondade e bons sentimentos.

Como testemunho da sua dedicação à casa, desde há anos que lhe fora oferecida sociedade na firma que se havia constituído sob a denominação de António J. C. Arez, Lda.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

Carta aos emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo

O 1.º período da 3.ª página do artigo com o título acima, da autoria do nosso dedicado colaborador Luís Pereira, e publicado no n.º 674, saiu totalmente truncado. Por tal motivo o inserimos de novo:

«Não são as instituições burocráticas que lhes salvaguardarão as vossas economias arranjadas com tanto custo. Deveis exigir a clarificação da política económica portuguesa, depois, sim, ajudar Portugal a caminhar no sentido do progresso e do bem-estar social».

LOULÉ



AMADEU DE JESUS QUINTAS

AGRADECIMENTO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada e se interessaram pelo seu estado de saúde durante a doença que o vitimou.

HOSPITAL DE LOULÉ E AS SUAS LIMITAÇÕES APRECIADAS PELA RESPECTIVA COMISSÃO INSTALADORA

(continuação do n.º anterior)

3.º — Também é notória a falta de serviços de banco e socorros urgentes de pequena cirurgia e radiologia, sendo muitos dos casos remetidos para Faro.

Qual é a posição e a opinião da Comissão Instaladora sobre estes problemas?

— Não sei se terei entendido bem o conteúdo da sua pergunta, ou talvez haja entre nós diferença de conceitos ou de terminologia. Não me parece que haja hoje falta notória de serviços de urgência no hospital de Loulé. Tem havido sim, de longe em longe, uma ou outra falha, felizmente muito poucas, decorrentes de imprevistos que em parte nenhuma se podem evitar, e que infelizmente nem sempre se podem remediar pelo reduzido número de médicos que prestam o seu contributo aos serviços de urgência. Em minha opinião, este serviço, sob o ponto de vista de permanência médica, está hoje a funcionar em moldes muito satisfatórios. Agora, se se refere a uma perspectiva de qualidade e eficiência de serviços prestados, então já poderá haver uma multiplicidade de opiniões. Sem me quer, de modo algum, referir à competência profissional dos médicos que ali prestam os seus serviços, pois isso para além de ser um aspecto extremamente delicado e de que me escusaria de falar pela simples razão de eu próprio ser um desses profissionais, não posso contudo, noutra perspectiva, genérica e necessariamente impessoal, de lhe dar a minha opinião. Quero-me referir à circunstância que mencionou e bem, de hoje se assistir à transferência para o Hospital Distrital de Faro de um número significativo de doentes que acorrem ao serviço de urgência deste hospital, o que não há alguns anos atrás, e que necessariamente se traduz numa incomodidade para o doente, transformando-o, passe a expressão, numa autêntica bola de ping-pong. Isto resulta fundamentalmente de dois factos.

Em primeiro lugar do tipo de trabalho a que os policlinicos se rotinaram nos Hospitais Centrais, recorrendo sistematicamente a todo o tipo de exames complementares de diagnóstico e à intervenção constante dos médicos das especialidades, o que nos H. Centrais é relativamente simples, uma vez que tudo se passa, regra geral, no mesmo edifício hospitalar. Este tipo de actuação, que eles transportam para a periferia, e que está perfeitamente certo numa perspectiva médica de qualidade, dificilmente se insere e se adapta às realidades, na província, de carência de técnicos especialistas e de equipamentos.

Não é a mesma coisa enviar um doente no elevador ao piso 3 ou 4 dum mesmo hospital para ser observado na ortopedia ou para fazer uma radiografia, que enviar um doente de Loulé a Faro, donde muitas vezes até o tornam a enviar para casa com a indicação de voltar 15 ou 20 dias depois para fazer este ou aquele exame, esta ou aquela análise.

O outro factor responsável por esta ida frequente dos doentes a Faro, é a circunstância dos médicos residentes terem sido forçados a acatar o passo pelo esquema de trabalhos dos policlinicos, dado o seu estatuto de médicos voluntários a trabalhar num hospital oficializado, vendo-se forçados a praticar um tipo de assistência a que não só eles próprios como os doentes por eles assistidos, não estavam habituados.

Do meu ponto de vista esta situação que hoje se vive e que é, não raras vezes, mais ou menos degradante da dignidade da pessoa humana, é a resultante de inúmeras contradições que inevitavelmente resultaram do choque entre as velhas estruturas, já de longa data carenciadas e incapazes de respostas satisfatórias, com as novas exigências duma sociedade moderna a quem demagogicamente se fizeram promessas utópicas.

Quando as pessoas têm fome não adianta dizer-lhes que precisam de comer se não tivermos pão para lhes dar. Em Portugal sempre houve uma grande tendência para se fazerem grandes reformas, mas só no papel. Foi o que aconteceu com a oficialização dos hospitais das Misericórdias, que na sua essência estando absolutamente certa, foi totalmente inoportuna ao não contemplar a mais pequena preocupação de ordem estrutural, técnica, financeira e até jurídica.

4.º — Consta-nos, também, que os efectivos médicos existentes não são suficientes e que em face a alterações orgânicas ou nova orientação, o quadro clínico se não ficou reduzido corre esse risco. Terão fundamento esses receios?

— Se me permite gostaria de começar por esclarecer que não existe, nem nunca existiu, no H. de Loulé, a semelhança da maioria dos H. concelhios do país, qualquer quadro clínico. Os médicos mais velhos, que habitualmente designamos por residentes, para os distinguir dos policlinicos, sem-

pre trabalharam com o estatuto de voluntários. Eles não estão, mesmo ainda hoje, ligados ao hospital por qualquer contrato de trabalho, o único vínculo que existe é de ordem moral e deontológica. Quanto aos médicos policlinicos, como sabe, eles não estão propriamente vinculados ao hospital, mas ao concelho, prestam também os seus serviços noutros sectores, nomeadamente nos postos clínicos dos S M S e em actividades de Saúde Pública nos Centros de Saúde. Os diversos grupos policlinicos que por aqui têm passado, com excepção do primeiro, têm sido constituídos por sete elementos. Face às necessidades crescentes nos diversos sectores da saúde, dado o aumento em flecha do consumo do acto médico e paramédico, este número está longe de poder satisfazer, até porque nem todos os médicos residentes estão em condições de dar a sua colaboração no hospital, por razões de ordem pessoal ou profissional que não cabe analisar no momento. Por outro lado têm surgido vicissitudes diversas que de vez em quando põem seriamente em causa as possibilidades de permanência médica no serviço de urgência. Por diversas vezes os policlinicos têm sido chamados a colaborar no serviço de urgência do hospital de Faro, o que por exigências regulamentares do seu contrato de trabalho não podem recusar. Esta, entre outras, tem sido a razão de algumas falhas, felizmente poucas, no serviço de urgência aqui em Loulé.

(Conclui no próximo número)

Cantinho do leitor

AO LIBERTAR

Poema de M. Graça Crabita

— Nas mãos da noite
ou sobre asas de gaivotas
quem não pode ser livre?

— Na morte, por palavras,
cai a torre,
ficam as ruínas.

— Nas muralhas da vida
as ondas quebram-se
e estilhaçam o orgulho.
— Na ilusão do mundo
caem as lágrimas
evaporando-se ao vento.
E nas folhas secas...
fundem-se os corações
nas mãos da noite!

— Libertam-se os Homens,
em asas brancas de gaivotas...
Para longe... longe... enfim,
Para um mundo melhor.

REUNIÃO LUSO-ESPAÑHOLA DE SANIDADE VETERINÁRIA

No âmbito do acordo de Sanidade Veterinária Luso-Espanhol, estabelecido em 1956 entre os Governos de Portugal e Espanha, vai efectuar-se no Algarve a XXI Reunião das Autoridades Veterinárias com a participação de diversos técnicos da Direcção General de la Producción Agrária de Espanha e da Direcção-Geral dos

PROFESSOR SOB ALÇADA CRIMINAL

O INACREDITÁVEL acontece em Loulé

— Em plena aula, alunos menores
são barbaramente agredidos
por docente

No passado dia 18, Alexandre Alves Oliveira, «professor» da disciplina de Introdução à Economia espancou, provocando-lhes graves traumatismos, dois alunos do 9.º ano da Escola Secundária de Loulé, um dos quais uma rapariga de 15 anos.

No próximo número desenvolveremos os pormenores que este grave atentado amplamente justifica.

AUTALGAR - Automóveis de Aluguer Sem Condutor, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura desta data, lavrada de fls. 10 v.º a 12 do livro de notas para escrituras diversas n.º F-130, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe e sede em Vale de Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, que ficou a reger-se pelo pacto social constante da fotocópia anexa que, com esta, se compõe de quatro folhas e vai conforme o original.

PRIMEIRO — A sociedade adopta a denominação de AUTALGAR — AUTOMÓVEIS DE ALUGUER SEM CONDUTOR, LIMITADA, tem a sua sede em Vale de Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos, desde hoje.

SEGUNDO — A sociedade tem por objecto a indústria de automóveis de aluguer sem condutor, podendo ainda exercer qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e não seja proibido.

TERCEIRO — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de MIL E QUINHENTOS CONTOS, e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de MIL TREZENTOS E CINQUENTA CONTOS, pertencente ao sócio ANTÓNIO EUSÉBIO LADEIRA, e outra de CENTO E CINQUENTA CONTOS, pertencente ao sócio Dr.

JOÃO JOSÉ DIAS NEVES.

QUARTO — A gerência da Sociedade, bem como a sua representação em Juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo do sócio ANTÓNIO EUSÉBIO LADEIRA, desde já nomeado gerente, sem caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, o qual, só com a assinatura, obriga validamente a Sociedade em todos os seus actos e contratos, designadamente nos contratos de compra e venda de veículos motorizados.

QUINTO — A Sociedade pode e constituir mandatários nos termos e para os efeitos do disposto no artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O sócio gerente ANTÓNIO EUSÉBIO LADEIRA, pode delegar, no todo ou em parte, em quem quizer, os seus poderes de gerência, por meio de procuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A Sociedade não pode ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor ou outros actos semelhantes, estranhos aos negócios sociais.

SEXTO — É livre a cessão de quota entre sócios, mas a favor de estranhos fica sempre dependente do consentimento da Sociedade.

SÉTIMO — Quando a lei não prescreva outras formalidades, as Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos.

OITAVO — A Sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio. Lisboa, treze de Abril de mil novecentos e setenta e oito.

O 1.º Ajudante,
António da Glória Martins
Baptista

Farmácia Cavaco

Precisa-se Direcção técnica.

Informa: Telef. 66274 —
BOLIQUEIME.

Novo estabelecimento em Loulé

Abriu há dias as portas na Avenida José da Costa Mealha, 37 (frente ao cinema) o novo estabelecimento Luauto, Lda., de que é proprietário o nosso prezado amigo sr. Luciano Anselmo.

Assinalamos este facto por se tratar de uma firma especializada em acessórios para automóveis e portanto a primeira em Loulé que

se dedica unicamente a este ramo de actividade, o que evitará aos automobilistas, e especialmente aos mecânicos, constantes deslocações a Faro.

Felicitemos o sr. Luciano Anselmo pela sua iniciativa e auguramos prosperidades na sua actividade comercial.

PORQUÊ «A Voz de Loulé» em Tribunal?

Para nós, continua a ser inexplicável a razão porque o Dr. Eduardo Tenazinha moveu uma acção no Tribunal de Portimão contra Luís Pereira e o director de «A Voz de Loulé».

Cumprindo a nossa obrigação, deslocámo-nos a Portimão no dia 20 de Abril para ouvirmos, de viva voz, em pleno Tribunal, que razões assistem ao Dr. Tenazinha para se considerar ofendido... depois de tão leviana e sadicamente nos ter enxovalhado publicamente.

Ficámos desiludidos: o nosso julgamento não se realizava por falta das testemunhas de acusação.

E o mais curioso é que soube-mos depois que as testemunhas do Dr. Tenazinha nem sequer tinham sido avisadas de que havia julgamento.

Receamos que o mesmo volte a acontecer no próximo dia 31 de Maio, e nesse caso as nossas testemunhas e os nossos amigos (cuja curiosidade é evidente), receiam fazer mais uma viagem em vão pois o tempo é hoje uma coisa demasiado preciosa para ser perdido ingloriamente.

Pela nossa parte nada temos a recear. Estaremos no Tribunal de cabeça erguida, cientes da nobre missão da imprensa: aclarar posições de homens cujas atitudes políticas são prejudiciais à implantação da autêntica democracia desejada pelos verdadeiros democratas.

Nós entendemos que pelo facto de o Dr. Tenazinha ser advogado e delegado do Ministério Público não pode gozar do raro privilégio de nos insultar e depois mover-nos uma acção em Tribunal só por que agimos em legítima defesa.

Pelos factos ocorridos teremos de concluir que, se não for adiado, no dia 31 de Maio, realizar-se-á, não o julgamento de Luís Pereira e do director de «A Voz de Loulé», mas sim o julgamento do Dr. Eduardo Tenazinha como mau político que foi.

É por isso que entendemos que a queixa do Dr. Tenazinha põe em causa a liberdade de imprensa neste país. E isto pela simples razão de que qualquer dia o director de «A Voz de Loulé» está-se nas tintas para agitar problemas e criticar o que quer que seja. Luís Pereira já tem medo de escrever, pois bastará uma simples pena suspensa para o fazer silenciar.

A queixa do Dr. Tenazinha põe em causa também o próprio prestígio do P. S. D. porque ele (embora um tanto ilegalmente) foi seu militante activo — ainda que com objectivos que estão por esclarecer.

Portanto, o director de «A Voz de Loulé» entende que a Comissão Política do Algarve do P.S.D. e seus próprios deputados devem defender a sua posição face a este caso. Devem dizer claramente o que se lhes oferece acerca deste problema. «A Voz de Loulé» não tem medo da Verdade. Quer vê-la em pratos limpos.

O P. S. D. tem activos, diligentes, competentes e honestos advogados que são seus militantes. Eles têm a obrigação de defender a liberdade de imprensa quando esta está ameaçada. Não devem permitir (na nossa modesta opinião) que um modesto jornal de província (que condena qualquer nova forma de censura) tenha que suportar as despesas com o trabalho de um advogado.

Se este jornal estivesse ao serviço do P. C. P., não nos faltaria nem apoio financeiro, nem moral, nem solidariedade anti-fascista. Como está ao serviço da verdade e da verdadeira democracia, esperamos que também não nos falte apoio dos que estão conosco.

Afinal, há ou não há liberdade

de imprensa? Há ou não o direito de criticar atitudes de indivíduos cujo comportamento político desprestigia a democracia e o próprio partido de que se dizem militantes?

Nós não temos medo de responder em Tribunal. Só o que nos repugna é fazermos o papel de réus como consequência de insultos de que fomos vítimas.

É uma situação paradoxal que nos acontece pela 3.ª vez (a 2.ª foi no Tribunal de Trabalho em Faro) e que não só nos penaliza imenso como nos entristece, pois revela não só a mediocridade de certas pessoas como principalmente uma total ausência de critério e honestidade.

É evidente que não vamos desejar que a liberdade de imprensa seja aproveitada para insultar qualquer honesto cidadão, mas nós entendemos que ela deve ser aproveitada para denunciar as atitudes incorrectas dos cidadãos que não sabem comportar-se dentro dum regime democrático e agir com aquela dignidade e compostura que deve estar à altura da sua posição na sociedade.

Sem a liberdade de imprensa que existe na América, o «caso Nixon» nunca teria sido possível.

Caso semelhante seria inimaginável em qualquer ditadura dita comunista!

E nós não queremos mais ditaduras. Bastaram-nos 48 anos.

Um delegado do Ministério Público tem mais responsabilidades perante a sociedade do que um cidadão comum. Por isso a sua conduta deve ser irreprimível.

E nós nunca teríamos ousado tocar na pessoa do Dr. Tenazinha como mau político se não tivéssemos fortes razões para o fazer.

...Até pelos riscos que corremos, pois ainda podemos, distraidamente, ofendê-lo e, nesse caso, estaremos (justamente) sob a alçada da Lei.

A «democracia» soviética não passa de autêntico «bluff»

CONSTITUIÇÃO ELABORADA
APROVADA PELAS CÚPULAS DO
PARTIDO (ÚNICO)

Se alguém ainda dúvida de que o sistema político soviético se consubstancia a uma férrea e tenaz autocracia, traduzida em feroz ditadura, onde o ser humano é totalmente desprezado e amesquinhado em nome dos «superiores interesses do estado socialista», e o conteúdo de palavras como Liberdade e Democracia é, pura e simplesmente, ignorado — embora expressões, como «amplos liberdades» e quejandos, sejam demagogicamente propagadas pelas suas quintas colunas em todo o mundo (em Portugal, PCP) —, eis que se nos depara um acontecimento que, pela sua relevância, vem dissipar quaisquer incertezas a quem conserva os olhos fechados, ou, teimosamente, não quer ver o que está à vista...

Trata-se da nova Constituição Política da URSS — que altera substancialmente a que vigorava desde 1936 (!) —, congemina pelas cúpulas dirigentes do único partido admitido na «democrática» União Soviética: partido comunista bolchevique (PCUS).

POVO NÃO INTERVÉM

A nova Constituição aparece, assim, como que por acto de magia, sem que o povo imaginasse, sequer, o que estava a ser elaborado, pois sabe-se bem da inexistência de um verdadeiro parlamento, na URSS, onde os cidadãos possam, livremente, expor e debater os seus problemas ou arguir das prepotências do Poder, à semelhança do que sucede nos países verdadeiramente democráticos.

Claro que os dirigentes do país das «amplos», que, sistematicamente, vai subjugando novos povos (Angola e Moçambique já lá

estão no bernel...), para concretização do seu paranóico expansionismo, anunciaram que o projecto iria ser discutido pelos trabalhadores. Mas... quem acredita em tal balela? «Discutido», onde e com que autoridade? Nas fábricas, onde não são permitidas greves, ou paragens de trabalho, seja por que motivo for (porque não há «motivos»...)?

A FALSIDADE E A DEMAGOGIA

Vejam, no entanto, como se escamoteia a verdade, e se mente, despudoradamente, na nova Constituição, da qual vamos apresentar algumas disposições a título exemplificativo. Para melhor elucidação do leitor, devemos dizer que tivemos, entre mãos, o tal projecto (que ia ser discutido pelos trabalhadores...), e, do confronto com o texto «aprovado» definitivamente, não há uma vírgula de diferença...

Façamos, então, uma pequena exegese do «bluff» que dá pelo pomposo nome de Constituição Política da URSS:

Art.º 14.º — «O objectivo supremo da produção social no socialismo é a plena satisfação dos crescentes desejos materiais e espirituais do homem...».

«Espirituais» é termo ambíguo e equivoco, pois, tal como o entendemos no Ocidente, a ele se liga o conceito de Liberdade em todas as acepções: de expressão, de religião, de associação, etc.. E, a este propósito, deve notar-se que os exilados e dissidentes soviéticos (em especial, *Soljenitsine*, e, mais recentemente, *Amalrik* e *Bukovsky*) têm proclamado, a todo o mundo, a inexistência de liberdade no seu país, ao mesmo tempo que denunciam a proliferação de campos de concentração (onde, aliás, o primeiro passou boa parte da sua vida) para quem, cordeiramente, não esteja de acordo com as directrizes do PCUS.

Art.º 34.º — «Os cidadãos da URSS são iguais perante a lei, independentemente da origem, posição social e económica, nacionalidade e raça (...) atitude face à religião...».

O mínimo que se poderá dizer quanto a este preceito é que traduz uma hedionda falsidade, porque: 1.º os cidadãos da URSS não são iguais perante a lei, pois os que se encontram filiados no partido (único) gozam de regalias especiais, e são sempre favorecidos, em igualdade de circunstâncias, perante qualquer outro cidadão não filiado; 2.º A liberdade de religião é pura mistificação. Bastará dizer-se que a Igreja Católica não é admitida, e os cidadãos são perseguidos e maltratados (quando não, mortos, mesmo). De resto, a única «igreja», cujas actividades são permitidas, é a igreja ortodoxa russa, conluída com o estado, e cega obediente às ordens do partido; 3.º Quanto às outras «igualdades», bastará saber-se que da própria estrutura e organização do PCUS consta uma ordem de prioridades, para a admissão no partido, que tem em conta, precisamente, vários factores, entre os quais assumem especial importância a origem e a condição social dos indivíduos.

Vejam, agora, o artigo 52.º — «Aos cidadãos da URSS é reconhecido o direito de professar qualquer religião...». Quanto a isto, limitar-nos-emos a relembrar que o marxismo-leninismo, no que toca a esta matéria, assenta no ateísmo, ou seja, na negação rotunda e absoluta de Deus (ou de qualquer Ente que transcenda o Homem). Recordem-se, a pro-

pósito, as palavras do próprio Lenine: «Não podemos combater a religião, porque, de cada vez que a combatemos, ela renascerá mais forte. Temos, sim, de destruí-la completamente».

«LIVRE» EXPRESSÃO DO PENSAMENTO...

No artigo 49.º, determina-se que é «proibida a perseguição pela crítica».

Querá isto significar que terão acabado as expulsões e o silenciamento dos dissidentes? Que os «arquipélagos Gulag» terão de existir? Que acabaram as prisões-hospitais psiquiátricas, aonde vão parar todos quantos se atrevem a discordar das arbitrariedades e brutalidades do regime implantado na URSS, desde a revolução socialista de 1917, e que conduziu, de então para cá, o povo soviético ao paroxismo do sofrimento humano?

A MENTIRA DESCARADA

Vejam, o conteúdo de uma disposição, que mais parece uma anedota, não fora a tragédia que esconde. Trata-se do art.º 71.º. Afirma apenas «isto»: «Cada república federada conserva o direito a abandonar livremente a URSS».

As «repúblicas federadas» nada mais constituem do que as quinze repúblicas anexadas, violentamente, para formar a «União». Se cada uma delas decidisse abandonar a «União», a tal lho fosse permitido, a que ficaria reduzida a URSS?

O EXPANSIONISMO CONSAGRADO NA CONSTITUIÇÃO

Finalizemos com o artigo 72.º, este, sim, a proclamar uma verdade que não sofre qualquer contestação: «Incumbe à URSS (...) admitir novas repúblicas no seu seio».

Só que o termo «admitir» se apresenta como um autêntico eufemismo, em face da prática da política externa prosseguida pelos soviéticos, na sua insaciável sede de conquista do mundo livre, tais novos verdugos da Humanidade... M. A.

(!) — Tal era, já em 1936, o conceito da «democracia», que Trotsky denunciava: «Os membros do partido dirigente, que sem fornecer um trabalho produtivo, mandam, administram, dirigem (...), devem avaliar-se em cinco ou seis milhões de almas». — Leon Trotsky, «La Révolution Trahies».

Deve acrescentar-se que o número a que Trotsky fazia referência, constituía cerca de 6% da população total da URSS — percentagem que se mantém inalterável e actual...

Nota do A.

VENDE-SE

Vende-se uma moradia de casas para habitação e quintal, no sítio da Piedade, freguesia de S. Sebastião.

— Várias courelas de terra de semear e mato com árvores, nos sítios da Piedade, Cova da Piedade e Campina de Baixo, respectivamente, tudo na freguesia de S. Sebastião de Loulé.

Tratar pelo Telef. 2191303 — Linda-a-Velha.

(6-1)

CAVE - ALUGA-SE

Situada na Rua Poeta Aleixo. Trata: Av Costa Mealha, 90-2.º — Loulé.

MENORES DESAPARECIDOS



José Manuel Viegas Jacinto



João José Costa Gregório

São estes os dois menores desaparecidos de casa de seus pais no passado dia 20 de Abril e aos quais fizemos referência no nosso número anterior.

LIVROS NOVOS

Quando os Vascos eram Santanas... e não só

Dois anos após o lançamento de «Sem Papas na Língua», Beatriz Costa volta ao contacto do público no seu novo livro «Quando os Vascos eram Santanas... e não só».

«Sem Papas na Língua» foi (e continua a ser) um best seller. Cerca de 30 000 exemplares vendidos. Êxito deveras invulgar, se se atender ao facto de, então, para o público, Beatriz Costa ser a actriz, «a menina da franjinha», e não a escritora.

«Quando os Vascos eram Santanas...» vai pôr uma quantidade de gente em palpos de aranha... É que as poucas papas que restavam na língua de Beatriz Costa, neste livro, desaparecem totalmente.

Toda a ironia mordaz, a alegria fresca e sadia, a graça leve, que fizeram Beatriz Costa famosa no

palco e no écran surgem neste livro em doses reforçadas.

Naturalmente que, tendo sido escrito antes do 25 de Abril, embora publicado depois, Beatriz Costa teve de em «Sem Papas na Língua», fazer uma aproximação cuidadosa de situações e pessoas de modo a não ferir demasiado certas susceptibilidades. Agora, gregos e troianos — isto é, os intocáveis de «antes e depois» — são todos analisados pelo mesmo olho clínico e, democraticamente para todos, Beatriz Costa usa o mesmo escalpelo.

Um livro agradável de ler em que a esfuziante alegria que sempre tem marcado a sua autora aparece como preto no branco. Uma lufada de ar fresco e também... sem papas na língua.

Editor: Publicações Europa-América/Francisco Lyon de Castro.

O AGRICULTOR, ESSE ESQUECIDO

(continuação da pág. 1)
tiraram-lhe o direito de cortar as suas árvores, esquecendo-se do que elas representam na sua economia; se querem fazer uma obra na casa ou no espigueiro têm que aguardar que um «senhor» dum serviço, que ele não sabe qual é, o autorize, após o obrigá-lo ao preenchimento de verbetes e requerimentos, ele que tantas vezes não sabe escrever. Ouviu dizer que o Decreto está suspenso, mas receia, e com razão, que, de um dia para outro, entre em vigor sem ele ter conhecimento e depois... muitas, que é para aprender.

Ah, se um dia os 800 mil agricultores repararem que são eles que produzem as batatas, os cereais, o bife e a fruta que a cidade consome!

Se eles se lembram que não têm só deveres mas também direitos; se eles se resolvem a exigir que os Serviços o Sirvam; a exigir que lhes garantam um preço compensador para os seus produtos, vendidos aos consumidores pelo dobro ou triplo do que rece-

bem; a exigir que lhes forneçam a tempo e horas, os adubos, os correctivos calcários e os produtos fitossanitários; a exigir um seguro agrícola, que os proteja da eventualidade de uma granizada ou de uma praga; a exigir que lhes forneçam um crédito agrícola a juro baixo, pois só assim lhe é possível, adquirir a maquinaria necessária, comprar o gado, arranjar a casa ou levantar o muro de suporte que ruíu no último inverno; a exigir... alguma coisa, do muito a que têm direito pelo esforço que desenvolve no dia a dia para poder produzir o que o País necessita. Então, ou o Estado, através dos serviços responsáveis, olha para as suas necessidades e as resolve ou a cidade terá que apertar o cinto e o País gaster as últimas divisas na aquisição dos bens alimentares que o agricultor pode e quer produzir, se o olharem como um elemento válido a quem é necessário dar toda a ajuda a fim poder desempenhar convenientemente a sua Missão de Produzir.

Brandão de Mello

Avelino Rocha Crisóstomo, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de fls. 42 a 43, v. do livro n.º B-100, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Avelino Rocha Crisóstomo e Maria Julieta dos Santos Costa, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma de «**AVELINO ROCHA CRISÓSTOMO, LIMITADA**», tem a sua sede na Rua Padre António Vieira, número trinta, rés-do-chão, desta vila e freguesia de São Clemente, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

SEGUNDO — O seu objecto consiste no exercício do comércio de motores industriais, moto-bombas, bombas submersíveis e eixos verticais, na assistência aos motores e a todos os artigos e peças vendidas, no local onde se encontrarem, podendo ainda a sociedade explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

TERCEIRO — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de trezentos mil escudos e está dividido em duas quotas iguais de cento e cinquenta mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

QUARTO — 1. A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral;

2. Qualquer sócio gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência por meio de procuração, em quem entender;

3. Para obrigar validamente a sociedade é necessário e suficiente a assinatura do sócio gerente Avelino Rocha Crisóstomo ou de um seu procurador, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador;

4. Fica expressamente vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

QUINTO — A cessão e divisão de quotas entre os sócios, é livre; — a estranhos fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios em segundo.

SEXTO — As reuniões da Assembleia Geral, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Para o seu marido não sair de casa

Há várias razões que levam os maridos a sair de casa à noite. Se o quiser conservar junto de si, minha senhor, compre um Maple na **CASA SIMÃO** — Telefone 62210 — LOULÉ.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-100, de fls. 54, v.º a 57, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Francisco Gonçalves de Sousa, e mulher, Alexandra Brito de Sousa, residentes no sítio de Escanxinas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, dos seguintes prédios:

a) Rústico, constituído por uma courela de terra de semear, com árvores, no sítio do Fonte Coberta ou das Caiadas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, com a área aproximada de seis mil trezentos e noventa e quatro metros quadrados, confrontando actualmente do norte com o prédio a seguir descrito, do nascente e sul com caminho e do poente com Joaquim Farrajota de Sousa, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número quatro mil setecentos e oitenta e dois, com o valor matricial de três mil duzentos e oitenta escudos, a que atribuem o de doze mil escudos;

b) rústico, constituído também por uma courela de terra de semear, com árvores, no aludido sítio das Caiadas ou da Fonte Coberta, com a área aproximada de nove mil novecentos e seis metros quadrados, confrontando actualmente, do norte e nascente com caminho, do sul com o prédio anterior e do poente com Joaquim Farrajota de Sousa,

inscrito na respectiva matriz predial sob parte do artigo rústico número cinco mil e setenta e sete, que no seu todo possui o valor matricial de trinta e nove mil e trezentos escudos; — atribuindo, porém, a esta parcela o valor de cinquenta mil escudos;

Que estas prédios se encontram omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme se infere duma certidão lá passada no dia 27 de Abril findo; e

Que são titulares das referidas inscrições matriciais, do primeiro, ela justificante mulher e do segundo, José de Sousa Cabana, pai da mesma justificante e de quem o mesmo proveio, como adiante se indica;

Que os prédios supra descritos lhes pertencem, porquanto,

Em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta, o referido José de Sousa Cabana e mulher, Maria Inês Farrajota, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e que foram residentes no sítio de Escanxinas, da freguesia de Almansil, deste concelho, doaram, sem qualquer reserva ou encargo, por forças das suas quotas disponíveis e por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública;

O primeiro prédio que acaba de ser descrito, somente à ora justificante mulher; e

Em comum e em partes iguais, a todos os filhos — ela justificante mulher, Joaquim Farrajota de Sousa, António Brito de Sousa, Francisco Brito de Sousa, José Brito de Sousa e Maria Farrajota de Sousa — a totalidade do artigo rústico número cinco mil e setenta e sete, no aludido sítio das Caiadas ou da Fonte Coberta, e cuja área correcta era

de noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados; esclarecendo que, ao tempo destas doações já ela donatária e ora justificante, se encontrava no estado de casada com seu marido, e ora justificante, Francisco Gonçalves de Sousa;

Que ainda dentro do referido ano de mil novecentos e quarenta, entre todos os donatários e comproprietários, se procedeu a uma divisão e demarcação, também meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública, daquele artigo rústico número cinco mil e setenta e sete, da qual resultaram seis prédios — cinco sensivelmente iguais, com a área de dezasseis mil e trezentos metros quadrados, cada um deles, que foram adjudicados aos restantes donatários, anteriormente mencionados — e tendo ficado com a área de nove mil novecentos e seis metros quadrados, o que foi adjudicado e ficou a pertencer a eles justificantes e constitui o prédio distinto, descrito em segundo lugar, nesta escritura; — isto porque se tomou em consideração, na aludida divisão, que a ela justificante, havia sido doado na mesma altura, o prédio identificado em primeiro lugar, nesta escritura, com a área aproximada de seis mil trezentos e noventa e quatro metros quadrados, o qual adicionado com a parcela que lhes havia sido adjudicada na aludida divisão, com a área de nove mil novecentos e seis metros quadrados, perfaz dezasseis mil e trezentos metros quadrados, igualando-se assim os quinhões de todos os donatários; — sendo também certo,

Que desde a data das referidas doações e divisão de coisa comum, portanto há muito mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir os prédios supra descritos, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também os adquiriram por usucapião;

Que em face do exposto, não têm eles justificantes, possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre os aludidos prédios, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 17 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Citroen-mista, 3 cv, em bom estado.

Nesta redacção se informa.

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de hoje, lavrada de fls. 38, v. a 39, v., do livro n.º B-100, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de Eduardo Delgado Pinto, ocorrido no dia 9 de Outubro de 1976, no Hospital de Faro, freguesia da Sé, da cidade de Faro, natural da freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, habitualmente residente na Praça da República, desta vila e freguesia dita de S. Clemente, no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão de adquiridos, com Marieta da Costa Guerreiro Mendes Pinto, ac-

tualmente sua viúva, natural da freguesia dita de S. Clemente, e residente na aludida Praça da República, desta vila, que não deixou testamento, foram habilitados os seus únicos filhos:

a) Eduardo José Mendes Delgado Pinto, casado com Ana Maria Serpa da Lança Falcão Delgado Pinto, residente nesta vila; e

b) Marieta Mendes Delgado Pinto Seixas da Fonseca, casada com Carlos Manuel Seixas da Fonseca, residente na Av. Rainha Dona Leonor, n.º 21, r/c, esq., da cidade de Lisboa; — ambos naturais da freguesia de S. Clemente, deste concelho e casados segundo o regime da comunhão de adquiridos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A ECONOMIA QUE TEMOS

(continuação da pág. 1)

tará virada para a satisfação das necessidades essenciais da população, no quotidiano da habitação, do comer, do vestir, do nível de vida cultural. Trata-se de uma via morosa, e que acarretará sem sombra de dúvidas, muitos sacrifícios ao longo do percurso, mas apesar de tudo, uma via de independência, que comporta um risco grande de isolacionismo, que se poderá concretizar, num alargar do fosso de desenvolvimento tecnológico em relação às economias de ponta dos diversos blocos mundiais.

A segunda alternativa, aponta para o crescimento da economia, através de uma formulação, excessivamente tecnicizada e quantificada, de modelos matemáticos objectivados para metas precisas a atingir no Produto Nacional Bruto, na Formação Bruta de Capital Fixo, nas taxas de crescimento sectoriais, e que, simultaneamente, constituindo-se objectivos da programação económica a otimizar, impõem-se igualmente como restrições que é necessário respeitar, sob pena de desorganizar toda a coerência interna subjacente ao modelo. Implica este tipo de opção, no risco de se abstrair em demasia das potencialidades naturais e humanas do próprio País em questão, necessitando, muitas das vezes, de se recorrer a importações maciças de recursos financeiros e físicos do exterior, para dar satisfação às metas de crescimento planificadas, e que, envolvendo, como é sabido, um preço pesado para a independência nacional, pode implicar, igualmente, na adopção de tecnologia extremamente sofisticada nos sectores de ponta, que exigem elevados índices de produtividade para fazer face à concorrência externa, obstando-se, deste modo, ou agravando-se mesmo, a resolução de um problema primordial na economia de qualquer país, como é o desemprego.

Em nossa opinião, em Portugal, e mais concretamente, no Plano a Médio Prazo 77/80, e por mais escamoteada que esteja esta questão, seguiu-se uma estratégia do 2.º tipo, tal como a apresentamos em termos gerais. Fazendo uma análise global do Plano, verifica-se como inalienavelmente lhe está inserido um fim primordial a atingir, e em função do qual giram todas as metas devidamente traduzidas em números, por escalas anuais de evolução, ou seja, a criação, num curto espaço de

tempo, das condições que permitam a Portugal a integração na Comunidade Económica Europeia.

Quer isto dizer muito simplesmente, que a economia portuguesa, cauda destoadada de uma Europa rica e próspera, companheira pontual da Turquia, da Grécia, e, nalguns casos da Espanha, tem, de lá por onde der, o prazo restrito de três anos, para criar as condições que lhe permitam o talão de ingresso, como membro de pleno papillon, no Clube dos Ricos!...

Era este o grande objectivo do Plano a Médio Prazo, o qual aliás, fruto de uma fecundação difícil

e algo enigmática, nunca pareceu fadada para grandes façanhas, acabando por morrer ainda dentro da casca por falta de oxigénio político, esboroando-se pelo correr dos meses, esfarinhando-se numa teia de decretos e de «pacotes» de má memória.

Mas sobre a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para Portugal debruçar-nos-emos nas próximas semanas, uma vez que toda esta temática permanece imbuída de uma candente actualidade, que diz respeito a todos nós.

JOSE MANUEL MENDES

É URGENTE DESENCARDIR A IMPRENSA ESTATIZADA

(continuação da pág. 1)

subsidiando folhetins de marxização permanente. A época gongalviana parece não ter despertado alguma gente que persiste em salvaguardar estas posturas de efervescência avermelhada e ruidosa. As lavagens ao cérebro da imprensa estatizada permitem o envermelhar de determinados enxabidos, que julgam ainda que o Leste é o paraíso dos trabalhadores, e o esvaziamento da informação, grosseira e indelicada pela persistência de estuques com o cartão de jornalistas mas cujo papel se situa ainda à volta da politiquice tachista e oportunista. É urgente desencardir o sujo entranhado da imprensa que envereda pela estrumeira do fascismo e da mentira avessa e traiçoeira. O Povo paga para ser informado com realismo e objectividade, não para servir certos façanhos que mais não fazem do que escrever palermices e vomitar falportirices. O Povo não vive de falatórios mais ou menos extravagantes nem tão pouco está disposto a sustentar a fardagem do prejuízo e do mal-estar. A imprensa estatizada é o símbolo da baixa dos figurinos rudes do Verão 75. A indecência da curiosidade pseudo-revolucionária transmitiu-nos com clareza quais os objectos dos papa-léguas quando bem instalados no poder. Não compreendo por que motivo o Governo ainda não localizou os factos na História e continua a ignorar a imprensa paranóica que só paraliza o desenvolvimento da informação. Será que o Governo lucrou com o esbanjamento de dinheiro e com a estatização parassita? É urgente pôr termo aos papalotes da confusão e dos sermões rapinantes.

Todos sabem que a estatização da informação é um passo para o dirigismo e o monopolismo cultural próprio dos estados totalitários. Uma vez instalados no aparelho do Estado, os galos vermelhos exercem um controlo eficaz sobre todas as notícias viciando-as com palavras primaverais no intuito de arranjar adeptos para o sádico sistema de repressão

a todos os níveis. São assim as indústrias de moralidade espalhadas pelo mundo comunista. Primeiro a propaganda tenebrosa depois a coacção e a perseguição aos opositores do regime. O Povo Português não pode continuar a pagar os erros do Governo que orgulhosamente tem fechado os olhos à malcriadez de certa imprensa fanática quanto mentirosa. Não sou apologista que se cale jornais, mas o Governo tem o direito de desmentir as humilhações incorrectas e injustas que diariamente aparecem nos jornais estatizados. Ou será que o Governo só teme os jornais de direita? É urgente pôr termo aos enxovalhos de determinada sucata jornalística.

O Povo Português tem o direito ao esclarecimento justo e independente, não pretende pagar o desmoronamento dos jornais estatizados tão apegados a doutrinas que o Povo repudiou. Não sou pela censura mas a mentira não serve os interesses da liberdade. A imprensa mentirosa terá de ser responsável pelas suas aldrabices, nunca o Povo Português!

Apartamentos em Quarteira

Vendem-se, com 3 assoalhadas, próximo da Garagem-Sacor, Telef. 62028 — LOULÉ.

APARTAMENTOS

Vendem-se apartamentos, por estrear, situados na Expansão Sul, com 4 assoalhadas, elevador, ampla cozinha, com os requisitos modernos.

Trata telef. 62482 — LOULÉ.

QUINTA-COMPRO

Junto à praia, entre Faro e Lagos, c/ boas vistas mar e campo, entre 2.000 e 5000 m2 p/ vivenda de férias, c/ água e electricidade e terreno para horta e pomar. Resposta com preço e detalhes para C.M.C. — Apartado 21.020 - Lisboa 2.

ARMAZÉNS ALUGAM-SE

Dois armazéns, com a área de 160 m2 cada, situados na R. Afonso de Albuquerque (a 50 m da Ceal), alugam-se.

Informa no próprio local.

AÇORES: uma «prioridade» na estratégia soviética

(continuação da pág. 1)

lou, em primeira mão, na sua edição de 28 de Abril deste ano.

Aquele dado, referente a um dos indivíduos mais procurados pela Polícia alemã por implicação em actividades terroristas, vem juntar-se aos muitos já existentes quanto às ligações entre os vários grupos armados que, desde a desorganização da Itália até à forte Alemanha Federal, e agora aos Açores e à Madeira, subvertem ou pretendem vir a fazê-lo de forma planeada as bases das sociedades democráticas.

As ligações estreitas existentes entre o grupo «Baader-Meinhof», as «Brigadas Vermelhas», ou inclusivamente o IRA, estão já hoje provadas. Os dois primeiros — aparentemente os mais poderosos da Europa Ocidental — surgem na mesma altura «por volta de 1972» com os mesmos métodos, a mesma linguagem os mesmos meios e os mesmos alvos.

Basta lembrar que, pouco antes do rapto de Aldo Moro, a Polícia alemã federal informou a sua congénere italiana de que, no de-

curso das suas investigações em torno dos grupos terroristas, havia encontrado uma indicação de que um político destacado de Itália, cujas iniciais eram A. M. seria em breve vítima de um atentado.

Agora, começa a delinear-se claramente que, para além da Checoslováquia, o leme do Sul é «ponto de encontro» dos terroristas.

No campo em que esteve Stefan Wiermiwski e se encontram hoje, os quatro portugueses é ministrado não só o conhecimento sobre o manejo de armas e explosivos como a própria formação ideológica, as técnicas de informação e propaganda, infiltrações e sabotagem, nos quais os grupos terroristas que actuam na Europa já demonstraram ser exímios.

Se a Checoslováquia, começa a ser demasiado conhecida como base de treino, abastecimento e repouso dos grupos terroristas e dos seus chefes, pondo problemas graves à diplomacia (por agora) desanuviadora do Kremlin em relação à Europa Ocidental, este pequeno país da península arábica, até há pouco quase desconhecido, é o local ideal para se servir de base de apoio.

Hoje, a República Popular Democrática do léme é já praticamente uma base logística da URSS nas suas aventuras africanas. 4.000 cubanos constituem as milícias do país, enquanto alemães orientais tratam do enquadramento policial nomeadamente no que se refere a «campos de concentração» cuja história, aliás, ainda não está feita.

Por sua vez, os soldados vietnamitas começaram a ser enviados como «tropa de choque» nas incursões militares ordenadas por Moscovo, como aconteceu, agora, na Etiópia.

Portugal não está, assim, alheado da vaga terrorista que grassa em onda crescente na Europa com o visível objectivo de a enfraquecer e desagregar através dos efeitos políticos e sociais que provoca.

Acrescente-se ainda que, segundo fontes fidedignas, o adido militar da Embaixada soviética em Paris disse a uma alta individualidade francesa, serem hoje os Açores uma «prioridade» na estratégia do Kremlin para a Europa Ocidental, o que os factos não parecem desmentir.

(«Jornal Novo»)

FESTIVAL DA CERVEJA NO ALGARVE

Prosseguem os preparativos para que resulte em pleno o «Festival da Cerveja no Algarve», que decorrerá de 9 a 11 de Junho, no Castelo de Silves. É uma iniciativa da Comissão Regional de Turismo do Algarve com a colaboração das unidades fabris cervejeiras portuguesas, constituindo particular oportunidade de confraternizar e apreciar todas as marcas de cerveja nacionais.

EM ULTIMAÇÃO O TERMINAL PETROLEIRO DE FARO

(continuação da pág. 1) para efeitos de embarque e desembarque de carga geral.

No desassonamento do porto vão ser dragados cerca de 195 mil metros cúbicos de areia, operação esta que importará em mais de 10 mil contos.

VENDE-SE OU ARRENDA-SE PADARIA «SANTA PRETA»

Por motivo de saúde, vende-se ou arrenda-se padaria de ramas e negócios afins com muita clientela. Trata o próprio: José de Sousa Gomes — Avenida Marçal Pacheco, 147, Telef. 62318 — LOULÉ.

Verão Madeira 78

PARTIDAS SEMANAIS DE MAIO A OUTUBRO EM MAIO E JUNHO

FÉRIAS ECONÓMICAS.

SURPRESA/BÓNUS TURALGARVE

UMA SEMANA DESDE ESC. 2.990\$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS

EM LOULÉ

Praça da República, 98 - 100 — Telef. 6 21 43 - 6 21 44

TURALGARVE

A ILUSTRE CASA DO DR. MÁRIO SOARES E O CRIME DO DR. SÁ CARNEIRO

Por LUÍS PEREIRA

Nunca pensei que entre o socialismo democrático do dr. Mário Soares e a social democracia do dr. Sá Carneiro houvessem tantos antagonismos ideológicos e não só, ao que me parece a ilustre casa do dr. Soares não gosta nada do «nariz comprido» do dr. Sá Carneiro.

Será crime criticar a ilustre casa do dr. Mário Soares? Penso que não. Em democracia, o pluralismo ideológico é um factor importante para a sua consolidação e o Povo Português já optou claramente pela pluralidade de ideias e opiniões. A verdade é que o dr. Sá Carneiro com as suas lúcidas posições e interpretações da situação nacional tem mobilizado o aplauso de grande parte da população portuguesa, ao mesmo tempo que as hases do seu partido se reafirmam a favor das suas polémicas posições face ao Governo e ao Conselho da Revolução. Não pretendo ir aqui fazer a defesa do dr. Sá Carneiro, nem sequer milito no partido a que ele pertence. Quero, contudo, manifestar o meu apoio a políticos que desde o início da sua carreira têm mantido uma certa coerência nas posições que assumem. Para que os senhores leitores não digam que eu critico tudo e todos, venho deste modo apoiar aqueles que sempre mostraram a sua face ao Povo Português, independentemente da ideologia de cada um, acho que é de louvar os Portugueses coerentes e dignos que, sem ambiguidades, têm apresentado as suas propostas políticas e mostrado claramente o que pretendem. De qualquer modo, ao longo destes quatro anos de debates políticos, ou sou muito ignorante ou burro por natureza, ainda não compreendi qual a diferença entre socialismo democrático e social democracia. Efectivamente tenho lido alguma coisa sobre as sociais-democracias ocidentais e ainda não percebi quais os países do socialismo democrático de índole marxizante o que implica necessariamente a colectivização dos meios de produção como pretende o eng. Lopes Cardoso e o seu novo partido.

É indiscutível o peso do dr. Sá Carneiro na cena política portuguesa. As questões levantadas à volta da sua figura revelam claramente que o político social-democrata é um adversário muito temido pelos que governam. Será bom que a democracia se institucionalize de vez e acabe com tais especulações e debates mesquinhos que em nada favorecem as opções humanas do Povo Português. Que a violência seja banida completamente da nossa sociedade, seja ela dos Açores ou do Alentejo. O respeito e a boa

fé deverão substituir o desrespeito e a má-fé partidárias, que prejudicam os interesses nacionais. A ilustre casa do dr. Soares tem estado desarrumada; é urgente arrumá-la e pôr cobro a situações que em nada beneficiam a recuperação nacional tão desejada. Não vale a pena os políticos continuarem a enganar-se a si próprios e ao Povo Português que está farto de promessas que não se cumprem.

O Povo Português está-se nas tintas para as «bochechas» do dr. Mário Soares ou para «o nariz comprido» do dr. Sá Carneiro. O Povo Português quer ver os seus problemas resolvidos com honestidade e patriotismo.

Seria muito mais cómodo governar sem oposição. Seria muito mais cómodo (e é cómodo na realidade) que o Povo não ligasse meia à dona austeridadezinha, aos pacotes e pacotinhos. A democracia pressupõe a crítica construtiva e se a perdemos (se é que ela existe!) não será o dr. Sá Carneiro, nem eu, nem outros cidadãos que criticam o Governo, os culpados. As G-3 em boas mãos, os roubos, os assaltos, a criminalidade, fazem muito mais mal à democracia do que a crítica oral ou escrita.

No entanto, sei bem quanto a verdade custa a muito «boa gente»

EM LOULÉ:

FALTA DE TRAÇOS NO LOCAL DE ESTACIONAMENTO DE TAXIS

Têm os táxis desta vila a sua praça localizada na Avenida José da Costa Mealha, ponto central e convenientemente escolhido para o efeito.

Sucede porém que o estacionamento destes veículos deve obedecer a certos distanciamentos só possíveis de delimitar por intermédio de traços afixados no pavimento.

Não há muito, para obviar a este condicionalismo, foram pintados ao longo do lancil respectivo, os traços disciplinadores que afinal tiveram curta duração.

Hoje não resta o mínimo vestígio da sua existência.

Supõe-se, face ao verificado que não se usou de tintas resistentes e indicadas para tal sinalização, e o resultado foi o que está à vista: a sua completa eliminação a breve prazo.

A carência entretanto mantém-se e os táxis são arrumados por cálculo, quando deveriam cin-

Legião Portuguesa. Fixado em Lisboa, exerceu o cargo de professor da Escola do Exército. Foi comandante do Regimento de Infantaria N.º 1, professor do Instituto de Altos Estudos Militares, comandante da Escola Prática de Infantaria e 2.º comandante da GNR. Na patente de general assumiu o comando da 3.ª Região Militar, passando em 1953 a Governador Militar de Lisboa. Em 18 de Dezembro de 1956, passou à situação de reserva.

Os restos mortais do extinto foram depostos no Talhão dos Combatentes, no cemitério do Alto de São João, em Lisboa.

A família enlutada apresentamos as nossas sentidas condolências.

EM FARO

FESTIVAL DE ARTE, BELEZA E MODAS

Acompanhar a moda é uma tendência e paixão caracteristicamente femininas.

Por mais modestas que sejam as suas condições sociais ou económicas, todas as mulheres gostam, instintivamente, de se valorizar com as toilettes mais a seu gosto e de harmonia com a moda predominante em cada época.

Sempre assim foi e há-de continuar a ser, por muito que nos queiram convencer de que nos países socialistas a mulher não precisa ter gosto para se vestir porque o Estado impõe os padrões iguais para todos os tecidos... para evitar o gosto burguês... pelo luxo burguês.

Parece que esse objectivo está sendo mais ou menos alcançado, mas contra a vontade da mulher, pois sabe-se de como elas cobrem as toilettes das turistas ocidentais que visitam o Leste.

Em Portugal também a via para o socialismo implicava a abolição de tudo o que tivesse cheirinho a burguesia, enaltecendo-se tudo o que fosse desleixo no trajar e deboche no comportamento social.

Felizmente que um endiabrado revolucionarismo vai passando e sente-se já o regresso a uma certa calma que predispõe bem para um trabalho honesto e criativo.

E ao homem, como rei da criação que é, devem ser oferecidas amplas possibilidades de dar largas ao seu poder criador. Ele passará a agir como um bicho ou um autómato a partir do momento em que tiver de seguir cegamente as directrizes que lhe fo-

rem impostas por governantes déspotas e fanatizados por uma ideia, que nem chega a ser um ideal.

É por isso que nós queremos viver numa sociedade livre, onde até às mulheres possam ser facultadas as mais amplas liberdades de poderem escolher uma infinidade de padrões de tecidos ou modelos de vestidos que só o poder criador da iniciativa privada pode oferecer.

É por isso que uma passagem de modelos é sempre festa preferida por qualquer mulher que preze o seu bom gosto no vestir.

Contudo, a moda também tem o seu lado negativo, pois há, infelizmente, muitas mulheres que acompanham cegamente a moda, sem muitas vezes repararem nas ridículas figuras que fazem (porque nem todas as modas se adaptam a todas as mulheres) e esquecendo-se da sua saúde por preferirem o luxo e descurando a sua alimentação, só porque o seu desejo de acompanhar a moda ultrapassa as suas possibilidades económicas.

Por tudo isto não foi de estranhar que uma passagem de modelos realizada no «Hotel Eva» no passado dia 14 tivesse tido tão larga e entusiástica assistência.

Foi esta a primeira festa realizada no Algarve depois do 25 de Abril, e significa que as pessoas já vão tendo liberdade de participar em festas mundanas onde a arte, o bom gosto, a beleza, a criatividade e o apuro moral são pontos de honra para quem queira viver numa sociedade onde cada qual respeite os gostos e as preferências alheias.

Aos políticos revolucionários e a certas mulheres não lhes assiste o direito de dizerem que é preciso acabar com a «escravatura da mulher» e, simultaneamente, imporem-lhes que obedeçam cegamente a padrões de vida que escravizam a mulher à uniformização no vestir e ao trabalho escravo de dona de casa sem possibilidade de usufruir do «luxo burguês», de aliviar as suas tarefas com o auxílio da numerosa

aparelhagem do corrente uso doméstico nos países ocidentais e agora cada vez menos acessíveis aos portugueses que não possam dispor de 30 a 50 contos para uma máquina de lavar roupa, fazendo-os regressar à Idade Média, o que significa voltar a lavar a roupa no ribeiro...

O regresso à Idade Média seria o regresso à escravatura...

Em boa verdade, na festa promovida pelo Instituto de Beleza Visor não houve apenas preocupação de mostrar os últimos modelos de penteados, nem só as últimas novidades em padrões ou mostrar a moda no trajar e no calçar.

Nesta festa mundana, que nós as mulheres, apreciamos, houve também a graça e a beleza duma radiosa juventude que nos revelou algo daquilo que aprende no Conservatório Regional do Algarve: ginástica rítmica.

O enlevo daquelas jovens, a harmonia dos seus gestos — que a música realçava surpreendentemente — testemunharam àquele público entusiasta de como as jovens de hoje podem ocupar alegremente os seus tempos livres — e deliciar-nos com o primor de uma música e graciosidade enebriantes.

Os nossos parabéns aos organizadores da festa e parabéns ao Conservatório Regional do Algarve pelo magnífico trabalho que está realizando em prol da valorização da juventude Algarvia, cuja paixão, pela música de novo se revela através de crescente adesão às aulas do Conservatório do Algarve.

Maria de Fátima Loureiro

ENA, TANTOS!

Segundo revelou o psiquiatra José Silva Martins, durante uma palestra no Rotary Club de Bragança, «existem em Portugal 500 mil alcoólicos a carecer de tratamento».

AOS NOSSOS ASSINANTES

Comunicamos aos nossos prezados assinantes que brevemente serão postos à cobrança os recibos respeitantes ao 1.º semestre de 1978.

Desde que este jornal vê a luz da publicidade que a assinatura era cobrada adiantadamente e, no fim de cada ano, dava tudo certo, tudo certo.

Mas a revolução dos cravos está pondo isto de tal maneira encravado que o escudo baixa constantemente enquanto sobe quasi diariamente tudo o que é preciso comprar.

O Estado é quase sempre o primeiro a dar o exemplo e por isso as taxas dos correios subiram astronOMICAMENTE.

E vá lá que ao menos ainda vai ajudando a imprensa com uma taxa (entre as nossas pequenas fronteiras) ainda mais baixa do que antigamente cujo porte era de \$05 e agora é gratuito.

Por isto, apesar dos aumentos do papel e da mão de obra, «A Voz de Loulé» ainda vai conseguindo manter o preço da assinatura igual a 1977. Entretanto alguns dos nossos colegas da imprensa regional, já estão a ser vendidos a 7\$50, enquanto «A Voz de Loulé» continua a 5\$00.

Só que não conseguimos manter o preço das assinaturas para o estrangeiro, onde se calculam vivam 9 milhões de portugueses com os quais «deverão ser feitos todos os esforços para se manterem os mais fortes laços».

Esta é uma frase veemente do nosso Presidente da República, mas na prática, o Governo está afastando os emigrantes do seu torrão Natal ao impôr taxas quase proibitivas à imprensa regional, praticamente a única que eles recebem de Portugal, muito embora, nos países de moeda forte, a desvalorização do escudo seja benéfica para os nossos emigrantes.

Faca ao exposto, são as seguintes os novos preços para os nossos assinantes no estrangeiro:

EUROPA	
Semestre	250\$00
Ano	500\$00
EUROPA — AVIÃO	
Semestre	300\$00
Ano	560\$00
BRASIL — AVIÃO	
Semestre	350\$00
Ano	650\$00
OUTROS CONTINENTES — AVIÃO	
Semestre	350\$00
Ano	700\$00
PORTUGAL	
Semestre	130\$00
Ano	260\$00

FESTIVAL DESPORTIVO NA CORTELHA

As tradicionais Festas de Maio foram assinaladas na Cortelha com várias provas desportivas cujos resultados principais foram os seguintes:

Domingo (dia 30)

MOTO CROSS — 1.º, Florival Farias (Sachs) — Olhão; 2.º, Miguel Romão (Puch.) — Cascais; 3.º, José Carvalho (Sachs) — Setúbal; 4.º, Eduardo Guerreiro (Zundapp) — Loulé; 5.º, Francisco Madeira (Sachs) — Faro.

Dia 1 Maio

ATLETISMO (Infantis) — 1.º, Vítor Pinto (A. C. Salir); 2.º, Gilberto Rosa (A. A. B. Corvalcum); 3.º, Rogério Custódio (idem). Iniciados/Juvenis — 1.º, Luís Godinho (Olhanense); 2.º, Rui Almeida (idem); 3.º, José Mendes (Liceu Faro). Júniores/Seniores — 1.º, José Resende (Olhanense); 2.º, Silvino Soares (idem); 3.º, Mário Almeida (Zoa Azul). Equipas — 1.º, Olhanense.

FALECEU O GENERAL LEONEL VIEIRA

Faleceu no passado dia 25, em Alges, com 86 anos de idade, o nosso ilustre comprouviciano, o sr. General Leonel Neto de Lima Vieira.

O extinto, nasceu em Lagos, a 19 de Dezembro de 1891 e possuía, como militar, uma brilhante folha de serviços.

Foi combatente da Grande Guerra, em França e como capitão do Regimento de Infantaria 33, comandou as forças que entraram em Lisboa triunfalmente, no movimento de 28 de Maio de 1926.

Foi Presidente da Câmara de Lagos, Governador Civil do Distrito e Comandante Distrital da